

A faturada privatização chegou!



Privatização é a aumentar a rentabilidade para investidores e o mercado financeiro! Com a privatização da Eletrobras (hoje AXIA ENERGIA), o preço dessa conta já estava chegando para base de consumidores cativos e agora chega para o mercado livre!

Crise para quem? As geradoras lucram — e a raiz está na privatização da Eletrobras

Desde o projeto inicial de privatização, já era possível antever que a Eletrobras passaria a exercer poder determinante sobre os preços da energia elétrica — tanto no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), mas sobretudo, e já no curto prazo, no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Esse diagnóstico, à época, foi reiteradamente apresentado pela AEEL e pelas demais entidades representativas dos trabalhadores, que alertavam para os riscos de concentração de mercado e perda de instrumentos de moderação tarifária.

Nesse contexto, não surpreende que o chamado “mercado livre” de energia enfrente hoje uma grave crise, conforme diagnóstico da Abraceel — a mesma entidade que apoiou a Lei nº 14.182, responsável pela privatização da empresa. O próprio presidente da associação reconhece, ainda que involuntariamente, o desequilíbrio estrutural: “como faz se quem é obrigado a comprar compra, mas quem vende não é obrigado a vender? Fica exposto a um PLD impagável? Não tem outro pato no setor elétrico para pagar, é o consumidor.” (Valor, 2026 - ver aqui)

Mas, afinal, quem não quer vender?

Antes da privatização, em 2022, a Eletrobras já detinha cerca de 30% da capacidade instalada do país — mais de quatro vezes a da Engie, então segunda maior geradora. Sua capacidade era superior à soma das cinco maiores empresas do setor. Trata-se, portanto, de um agente dominante, com capacidade efetiva de influenciar a dinâmica de mercado e a formação de preços.

Além disso, antes da privatização, cerca de 30% da capacidade instalada da Eletrobras estava vinculada ao regime de cotas, referente a usinas antigas já amortizadas, cujas concessões foram renovadas pela Lei nº 12.783/2013. Essas usinas operavam com tarifas baseadas apenas em custos de operação e manutenção (O&M), configurando a energia mais barata do sistema e contribuindo diretamente para a modicidade tarifária no setor residencial e pequeno comércio.

A privatização alterou profundamente esse arranjo. A Lei nº 14.182 extinguiu o regime de cotas e determinou a migração gradual dessa energia para o mercado livre — processo conhecido como “descotização”. Com isso, cerca de 7,5 GW médios de garantia física dessas usinas passaram a ser progressivamente liberados para comercialização no ACL a partir de 2023.

Entre 2023 e 2026, aproximadamente 6,1 GW médios foram incorporados ao portfólio livre da empresa (já sob nova governança privada). Esse volume se soma a uma parcela já relevante de energia previamente descontratada — que, em 2022, superava 12% de seu portfólio. Em 2027, mais 1,3 GW médios serão descotizados e liberados para o mercado livre.

O impacto desse movimento torna-se mais claro quando comparado ao tamanho do mercado: em 2023, o consumo no ACL era de cerca de 24 GW médios, alcançando aproximadamente 29 GW médios em 2025. Considerando que mais de 70% dos contratos possuem duração superior a dois anos, o volume efetivamente disponível no curto prazo é relativamente limitado — algo entre 7 e 10 GW médios (ver dados do Boletim da Abraceel <https://abraceel.com.br/topico/biblioteca/boletim/>).

Nesse contexto, a dinâmica de formação de preços no mercado livre não pode ser compreendida apenas pelo processo de descotização, mas pelo conjunto de fatores que reforçam a posição dominante da Eletrobras. Trata-se do maior agente de geração do país, com participação expressiva na capacidade instalada e já detentor, antes mesmo da descotização, de um volume relevante de energia descontratada. A liberação progressiva de energia oriunda das cotas se soma a esse portfólio, ampliando ainda mais sua capacidade de atuação discricionária no mercado. Ao mesmo tempo, comercializadores — que não possuem geração própria — podem até estruturar contratos, mas dependem necessariamente de lastro físico para honrar suas posições, o qual é provido, em última instância, pelas geradoras. Nesse arranjo, a combinação entre concentração da oferta, controle do lastro e ampliação do volume de energia disponível sob decisão de um único agente confere à Eletrobras poder efetivo para influenciar os preços de curto, médio e longo prazo.

O resultado é claro: a chamada “crise” das comercializadoras convive com a ampliação das margens das grandes geradoras. Os custos mais elevados de energia atingem diretamente a indústria e o setor de serviços. A população, por sua vez, é impactada em duas frentes: de forma indireta, via inflação decorrente do repasse de custos; e de forma direta, com a perda das cotas — historicamente a fonte de energia mais barata no portfólio das tarifas residenciais.

O setor elétrico passa, assim, a operar sob uma nova configuração, marcada pela presença de um agente privado com elevado poder de mercado e capacidade de determinar preços. Nesse contexto, o debate sobre a reestatização da Eletrobras deixa de ser apenas ideológico e assume caráter de política econômico: trata-se de recuperar instrumentos de coordenação estatal, mitigar o poder de mercado e realinhar o setor elétrico a uma estratégia de desenvolvimento nacional.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2026.

Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL